



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2018

Comunicação: 081/2019

PROCESSO Nº ____ /2019

MANDADO DE GARANTIA PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR

REQUERENTE: CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA

REQUERIDO: AUDITOR RELATOR DO PROCESSO 058/2018

RELATÓRIO:

Trata-se de Mandado de Garantia com pedido de liminar, onde o impetrante afirma existe flagrante ilegalidade no procedimento, a medida que os autos não foram encaminhados ao tribunal pleno deste TJD para realização dos procedimento relativos à transação disciplinar.

Também afirma que o Presidente da Comissão Disciplinar prosseguiu o julgamento sem qualquer justificativa legal e que existiu predisposição para penalizar o atleta.

Ao final, requer a concessão da liminar, com consequente atribuição de efeito suspensivo com base no Artigo 147 B do CBJD.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Brevemente relatado, decido;

O oferecimento da transação pelo Procurador foi ilegítimo, pois como se sabe, existe ato da Procuradoria de Justiça Desportiva que veda o oferecimento de transação disciplinar desportiva, sem a devida anuência do Procurador Geral. Dai, infere-se que o Presidente da comissão disciplinar acertou ao prosseguir o julgamento, pois aquele oferecimento de benefício era nulo na sua essência.

A defesa também se filia à tese de que existiu predisposição dos julgadores em punir o atleta. Nesse ponto, tenho o dever de registrar que o Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Rio de Janeiro é composto por auditores de reputação ilibada e notório saber jurídico desportivo, não existindo nada que desabone a imagem de cada um deles. Afirmar SEM PROVAS que auditores agiram com predisposição é leviano, injusto e deselegante com essa corte, o que se lamenta, ainda mais vindo de um dos advogados que mais frequentam a tribuna e por quem este presidente guarda elevada estima e consideração.

No que se refere ao suposto ato ilegal praticado pelo relator, em que pese o fato de existir uma questão que poderia a meu ver levar ao deferimento do efeito suspensivo, pois a aplicação do parágrafo terceiro do artigo 254 do CBJD, sem cominação de pena de suspensão é indevida, a verdade é que o pedido não conteve nenhuma alusão à está questão, sendo requerida a concessão do efeito suspensivo com base no artigo 147 A, este que não se aplica ao caso dos autos, pois



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

sabemos que uma infração grave em tese, não tem em sua natureza a obrigação de concessão do efeito suspensivo de que trata este dispositivo.

Sendo assim, **INDEFIRO A LIMINAR REQUERIDA**, por entender que não estão presentes os requisitos do artigo 88 e seguintes do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).

Requisitem-se as informações de estilo, com urgência. Escorado o prazo de 3 (três) dias, com ou sem sua manifestação, ouça-se a Procuradoria de Justiça.

Após, remetam-se os autos à conclusão do relator designado por sorteio para, oportunamente, ser o feito incluído em pauta de julgamento.

Dê-se ciência às partes.

Publique-se e intime-se

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2017.

MARCELO JUCÁ BARROS
PRESIDENTE TJD/RJ